

FREGE E RUSSEL: A QUESTÃO DO PRESSUPOSTO

Lauro José Siqueira Baldini
UNIVÁS

RESUMO: *Este artigo traz uma reflexão sobre o conceito de pressuposto, tal como ele é apresentado por Gottlob Frege e Bertrand Russel entre o final do século XIX e o início do século XX. A discussão interroga a maneira como os dois filósofos estabelecem a relação entre o objeto real e o objeto de conhecimento que eles constroem, e dá visibilidade ao fato de que essas diferenças implicam posições sobre a concepção de sentido que terão efeito na constituição da Semântica linguística.*

ABSTRACT: *This article brings up a reflection on the concept of presupposition, such as it is presented by Gottlob Frege and Bertrand Russell in the late nineteenth and early twentieth century. The discussion inquires the ways in which the two philosophers establish the relation between the real object and the object of knowledge they build, and throws light on the fact that these differences imply positions on the conception of meaning that will affect the constitution of linguistic semantics.*

Introdução

O objetivo do presente trabalho é analisar de que maneira a questão do pressuposto emerge num certo momento da teorização dos filósofos Frege e Russel. Por se tratar de uma noção chave, o pressuposto tem sido um lugar de dificuldade na questão semântica. Não pretendemos, no entanto, traçar um quadro completo e exaustivo do papel da noção de pressuposto em todas as teorias linguísticas, mas sim expor, de maneira geral e resumida, o desdobramento teórico dessa noção em dois textos dos autores supracitados. Na verdade, a escolha dos textos se deu por considerarmos que nestes uma categoria teórica como a distinção entre *objeto real* e *objeto-de-conhecimento* pode ser aplicada de modo bastante interessante. Além disso, nos textos escolhidos, de maneiras diferentes, está em jogo a relação entre linguagem e verdade, linguagem e mundo,

ou, em outras palavras, o problema crucial da Semântica: a questão dos seus limites.

Sem nos estender muito, basta diferenciar: a) o *objeto real*, o objeto no mundo, exterior ao sujeito e independente dele; b) o *objeto-de-conhecimento*, o objeto teórico construído pela ciência, dependente do sujeito. Desse modo, toda ciência, todo conhecimento científico, é uma forma de *apropriação* do objeto real pelo objeto-de-conhecimento. Isso quer dizer que, quando se fala de um objeto (como a *língua*, por exemplo), não se está falando de um objeto real, mas de um objeto-de-conhecimento construído por uma certa ciência. Evidentemente, esse objeto-de-conhecimento tem a ver com o objeto real, e não existe sem ele. Essa distinção se torna mais importante quando pensamos que essa apropriação de que falamos é a única maneira que o homem tem de se relacionar com o Real. Ou, como diria Marx, de maneira um pouco diversa,

A totalidade, tal como ela aparece no espírito como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira possível, maneira que difere da apropriação deste mundo pela Arte, Religião ou pelo espírito prático (Marx apud Evangelista, 1984, p.36).

Para ficar mais clara ainda a distinção, basta pensarmos num conceito como o de *língua*, por exemplo. Que as línguas existam, ninguém ousaria discutir. E, mais propriamente, que elas tenham existido antes da lingüística ou estudo da linguagem existir também é um fato indiscutível. De forma materialista, diríamos que o *objeto real* existe, independentemente do sujeito. No entanto,

os linguistas sabem melhor do que ninguém, mesmo se às vezes ouvindo-os poder-se-ia pensar que eles o esquecem, que o francês, como qualquer outra língua, não se deixa pegar assim, que é primeiro uma diversidade tanto temporal quanto espacial e que é preciso pelo menos um conceito de língua, e não apenas um conceito simplesmente, para poder pensar numa unidade dessa diversidade (Henry, 1992, p.17-18).

Primado do ser sobre o conhecimento, e que garante, entre outras coisas, que todo conhecimento é histórico.

Isso posto, a análise que pretendemos fazer dos textos citados é justamente uma análise que irá procurar explicitar qual a maneira de apropriação do *objeto real* pelo *objeto-de-conhecimento*, na forma específica em que ocorre em cada um dos textos.

O pressuposto em Frege

Embora não seja um lingüista, Frege é um dos primeiros a se interessar em sistematizar a questão do pressuposto. Além disso, sua teoria é utilizada até hoje como ponto de partida nas pesquisas semânticas tradicionais, especialmente na semântica norte-americana. Antes de apresentarmos o pressuposto na perspectiva fregeana, é necessário passarmos os olhos pela sua teoria de forma mais geral. Para Frege, é necessário distinguir três coisas: o *sentido*, a *referência* e a *representação* de um nome. Assim, só podemos falar de algo no mundo, de um objeto, dando-lhe uma descrição. Isso é o sentido. Mas o objeto permanece lá, e essa é a referência. E, no interior de cada consciência, os indivíduos farão representações distintas desse objeto. Assim, em

- (1) O Brasil está em crise; e
- (2) O maior país da América Latina está em crise.

os dois nomes (*Brasil* e *o maior país da América Latina*) possuem a mesma referência (referem-se ao mesmo objeto), mas sentidos diferentes, pois apresentam – descrevem – aquele objeto de maneira diferente. Assim, desde que dois nomes possuam o mesmo referente, eles podem ser intercambiáveis, na medida em que não alteram o valor de verdade global do enunciado. Pode-se trocar os nomes de (1) e (2) e os dois enunciados permanecem verdadeiros, pois possuem a mesma referência. Esquemáticamente, o sentido de um nome é a *descrição que esse nome faz de um objeto*, e a referência de um nome é *precisamente este objeto do qual o sentido dá a descrição*. O valor de verdade de um enunciado, portanto, permanece inalterado se o referente permanece o mesmo.

Quanto à representação, o mais importante a se fazer notar é que ela é individual, enquanto o sentido e a referência são objetivos. A referência é objetiva por ser sensorialmente perceptível, enquanto que a representação

difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser propriedade comum de muitos, e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração a outra (Frege, 1892, p.65).

O próprio Frege deixará bem clara a distinção entre os termos com a sua metáfora do telescópio:

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteira-

mente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a própria representação, mas também não é o próprio objeto. (...) Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a lua à própria referência; ela é o objeto de observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira, comparo-a ao sentido, a segunda, à representação ou intuição (idem, ibidem).

Bastante importante na teoria de Frege é o fato de que um nome possa ter um sentido sem, contudo, possuir uma referência. O *primeiro homem a morar na lua* é uma expressão que tem sentido, mas absolutamente nenhuma referência. É devido a esse tipo de possibilidade que a linguagem oferece que, para Frege, ela se torna suscetível de criar um mundo de ficções, de mentiras. É por isso, reconhece Frege, que expressões como *a vontade do povo* (cuja referência também é inexistente universalmente) podem ser usadas com fins demagógicos.

Visando estender essa teoria à análise de sentenças, Frege precisa fazer algumas reformulações. Veja-se

(3) Ele gosta de sorvete e ela gosta de suco.

Temos duas sentenças unidas pelo conectivo *e*. Diferentemente dos nomes, no caso das sentenças, o esquema seria: o sentido de uma sentença é o pensamento, um julgamento acerca da realidade (uma proposição), e a referência de uma sentença é um valor de verdade. Nesse contexto, uma sentença é apenas um sentido diferente dado ao verdadeiro e ao falso. Conseqüentemente, do mesmo modo que ocorre com os nomes, alterar-se o sentido de uma sentença não altera o valor de verdade global do enunciado, desde que a referência seja a mesma. Se a referência de uma sentença é justamente seu valor de verdade, ela só pode ser substituída por outra de mesmo referente, isto é, de mesmo valor de verdade. Então,

(4) Ele gosta de sorvete e o Brasil está em crise.

possui o mesmo referente (valor de verdade) de (3) (supondo-se que ele goste de sorvete, que o Brasil esteja em crise e que ela goste de suco, é claro). Mas possui sentidos (pensamentos) diferentes. Como se vê, é perfeita a simetria na teoria de Frege entre nomes e sentenças. Tanto num caso como em outro, desde que os referentes permaneçam os mesmos, os sentidos podem ser múltiplos e o valor de verdade global de um enunciado não se alterará.

Frege, no entanto, irá propor algumas alterações nessa “teoria geral” para dar conta de enunciados que introduzem pressupostos. Citemos o exemplo mais que consagrado do próprio Frege:

(5) Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria.

Como se pode notar, há duas sentenças distintas: *aquele morreu na miséria* e *que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias*. No entanto, se alterarmos a segunda sentença por outra de mesmo referente, ou seja, de mesmo valor de verdade, o valor de verdade global do enunciado irá se alterar completamente:

(6) Aquele que descobriu o vírus da AIDS morreu na miséria.

Frege nota, então, que em casos como esse as duas sentenças não são separáveis, e que, dessa forma, não há como transcrevê-las em sentenças independentes. O que Frege propõe é, por conseguinte, considerar que a subordinada relativa (*que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias*) seja tratada como se fosse um nome que, na verdade, é o sujeito da oração principal. Como tal, seu referente não é mais um valor de verdade, mas sim um objeto no mundo, a saber: Kepler. Mas, e isso é importante, o julgamento de existência de Kepler, para Frege, não está contido no enunciado, mas está *pressuposto por sua utilização*. Uma prova disso é que tanto na forma afirmativa como na negativa mantém-se o julgamento da existência de Kepler. Se é assim, é porque não está em jogo no enunciado a existência de Kepler, ou melhor, essa existência está pressuposta.

No caso de outro exemplo indicado por Frege,

(7) Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga,

este chega a um momento de hesitação. A subordinada pode ser vista como uma sentença, e por isso tem como referente um valor de verdade? Ou, ao contrário, é apenas um nome (e tem como referente um objeto, o qual pressupõe), como em (5)? O autor chega à conclusão de que, nesse caso, a subordinada realmente exprime um pensamento, ou seja, é uma proposição. Se é assim, pode-se pensar (de acordo com a “teoria geral” de Frege) que a subordinada pode ser substituída por outra de mesmo valor de verdade sem alterar o valor de verdade global do enunciado. Frege, entretanto, irá acrescentar o fato de que, nesses casos assim

como em (5), a relação entre as duas sentenças é tal que elas enriquecem o sentido. Elas não podem ser substituídas por outras de mesmo valor de verdade. Mais do que isso, em casos como (7), Frege nota que há provavelmente um terceiro pensamento, a saber: o reconhecimento do perigo foi a razão do ataque por Napoleão. Teríamos, por conseguinte, três pensamentos, mas apenas duas sentenças, o que é embaraçoso do ponto de vista lógico. Mesmo percebendo isso, Frege admite que em casos como (5) e (7) as sentenças exprimem juntas mais do que o fariam isoladamente.

Temos, assim, na exposição de Frege, dois problemas que surgem e que estão inextricavelmente ligados: a) o problema de expressões sem referência mas com sentido; e b) o problema dos pressupostos. Os dois problemas, de fato, são um e mesmo só problema: em a) pressupõe-se a existência de um ser inexistente e em b) pressupõe-se a existência de um ser que, no entanto, não está no “dizer” (isto é, na forma lingüística) no enunciado e que também pode ser inexistente.

Gostaríamos, para finalizar essa apresentação extremamente sumária da teoria de Frege, de chamar a atenção do leitor para alguns pontos finais. No caso de nomes sem referente, Frege nota o princípio do “defeito” da linguagem comum. Mas, no caso de expressões, a coisa se complica mais um pouco, pois as relações entre as sentenças, do ponto de vista lógico, não se apresentam claramente perceptíveis, como se vê em (5) e (7). Assim, se no caso de nomes sem referente a coisa repousa mais ou menos sobre uma “evidência” (e é por isso que Frege pode propor que, na Ciência, sejam verificados os referentes de cada nome), no segundo caso, nas sentenças, há algo de mais complexo e não evidente. Além disso, o fato de que as sentenças não sejam separáveis em proposições independentes afeta seriamente uma descrição estritamente objetiva do enunciado, que é o que Frege propõe, pois a relação entre as sentenças, para usar a expressão de Frege, poderia estar seguindo *leis psicológicas*: “quase sempre, ao que parece, aos pensamentos principais que exprimimos, relacionamos pensamentos secundários que, embora não expressos, são associados a nossas palavras, inclusive pelo ouvinte, consoante leis psicológicas” (Frege, 1892, p.82).

A crítica de Russell a Frege

A crítica de Russell à teoria de Frege (que ele havia anteriormente defendido) é bastante obscura. Em parte por causa do caráter profundamente complexo da nova teoria que propõe, em parte porque, em muitos momentos, Russell interpreta de maneira diversa as colocações de Frege. Sem querer insistir nesse segundo ponto, mas apenas assinalá-lo, iremos discutir qual é a teoria que Russell propõe em relação à teoria fregeana.

Os pontos de vista de Frege ou de Russell são os de um lógico. Não lhes interessa o que se pode fazer com a linguagem ou com a língua, mas sim procurar explicar a relação desses termos com a verdade, o mundo. Frege, no entanto, depara-se a todo o momento com algo que não se encontra estritamente no enunciado, mas que é externo a ele, sem no entanto deixar de lhe fazer parte importante. E esse algo exterior pode ou não existir. É a isso que Frege denomina pressuposto. Ou, por outro lado, esse algo exterior pode ser uma intenção do sujeito (como se vê na hesitação de Frege em relação a (7)). Assim, Frege não só admite que há algo na linguagem que foge à lógica (por isso ele chama a linguagem ordinária de *defeituosa*) como irá propor um uso lógico da linguagem, uma lógica (na sua chamada “conceitografia” ou “ideografia” - *Begriffsschrift*).

Russell, por sua vez, parece estar baseado em outra tentativa, que é a de buscar a lógica da linguagem. Para isso, será necessário afastar a introdução da noção de pressuposição e de sentido e referência. Esse tripé, sentido, referência e pressuposição, como vimos, é essencial para Frege, mas, ao mesmo tempo, revela o “defeito” da linguagem comum (pode-se usar nomes com sentido e sem referência, pode-se usar pressupostos falsos – que tornam um enunciado sem valor lógico –, etc.). Se a intenção de Russell é mostrar a lógica da linguagem, esse tripé deve ser completamente abolido.

Vejam, então, qual é o fundamento da teoria russelliana. Inicialmente, Russell distingue as três maneiras em que uma expressão denotativa pode aparecer:

- (1) A phrase may be denoting, and yet not denote anything; e.g., ‘the present King of France’.
- (2) A phrase may denote one definite object; e.g., ‘the present King of England’ denotes a certain man.
- (3) A phrase may denote ambiguously; e.g. ‘a man’ denotes not many men, but an ambiguous man (Russell, 1905).

Nesse sentido, Russell tomará como fundamental a noção de variável: “I use ‘C(x)’ to mean a proposition in which x is a constituent, where x, the variable, is essentially and wholly undetermined” (id.). Dessa maneira,

- (8) *Eu encontrei um homem*

pode ser logicamente descrita como C(x), e significa, se admitimos que a classe dos homens possui o predicado *humano*, “eu encontrei x e x é humano” não é sempre falso”. O que Russell nota de importante

ai é que “this leaves ‘a man’, by itself, wholly destitute of meaning, but gives a meaning to every proposition in whose verbal expression ‘a man’ occurs”(id.). Em consequência, uma frase como

(9) *Todos os homens são mortais*

implica que “se x é humano, então x é mortal’ é sempre verdadeiro”. Mas vejamos como Russell lida com a distinção fregeana entre sentido e referência. Para Frege, o enunciado

(10) *O Rei da França não é calvo*

seria logicamente inavaliável, pois não possui referência e, portanto, não é verdadeiro nem falso. Russell, por outro lado, fará uma distinção entre ocorrências primárias e secundárias. Quando dizemos *George VI desejava saber se Scott é o autor de Waverley*, normalmente estamos dizendo que *George IV desejava saber se um e apenas um homem escrevera Waverley e Scott era esse homem*. Por outro lado, podemos também estar afirmando: *Um e apenas um homem escreveu Waverley e George IV desejava saber se Scott era esse homem*. Neste caso, *o autor de Waverley* tem uma ocorrência primária; naquele, secundária. Seguindo-se essa linha de raciocínio, um enunciado como (10) pode ser falso ou verdadeiro, dependendo da ocorrência de *o Rei da França*. Se (10) significa que “há uma entidade que é atualmente Rei da França e não é calvo”, então a afirmação é falsa; mas, se (10) significa “é falso que exista uma entidade que é atualmente Rei da França e que é calvo”, então é verdadeira. Ou seja, se a ocorrência é primária, é falso; se a ocorrência for secundária, porém, é verdadeira.

Pode-se supor, portanto, que, para Russell, o exemplo (5) pode ser logicamente descrito como:

- a) *Existe um e apenas um X;*
- b) *X descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias;*
- c) *X morreu na miséria.*

Ou, em outros termos, $C(x)$ tal que... etc.

Aqui, como se vê, a afirmação de existência de X (Kepler) está no próprio conteúdo do enunciado e não, como em Frege, pressuposta. O que ocorre aqui é que, ao contrário de Frege, Russell não atribui nenhum estatuto especial à afirmação de existência em seu modelo. A existência de Kepler e sua morte teriam o mesmo estatuto no enunciado. Em Frege, como vimos, a afirmação da morte de Kepler estaria “posta”

no enunciado, em sua forma lingüística, enquanto que a afirmação da existência de Kepler estaria apenas pressuposta. Além disso, no modelo fregeano, a falsidade de X, isto é, caso Kepler não houvesse existido, tornaria o enunciado logicamente sem valor, pois não este poderia ser avaliado. Russell, todavia, ao atribuir o mesmo estatuto às três afirmações, produz o fato de que a falsidade de uma das asserções implique na falsidade de todas as outras asserções.

Além das colocações acima, algo que ressalta da leitura do artigo de Russell é sua teoria a respeito do conhecimento. Para ele, há objetos que conhecemos por “*acquaintance*”, isto é, dos quais temos uma apreensão imediata e, por outro lado, há os objetos de que só temos conhecimento por expressões denotativas. Assim, no caso da “mente humana”, por exemplo, não há um conhecimento por “*acquaintance*”, mas nós os conhecemos como algo que tem tais e tais qualidades. Em resumo, a “mente humana” só nós é dada a saber através de expressões denotativas. Para repetir o autor, “in such a case, we know the properties of a thing without having acquaintance with the thing itself, and without, consequently, knowing any single proposition of which the thing itself is a constituent” (id.).

Frege e Russell: distinções

Imaginemos Frege escrevendo seu artigo: como filósofo, ele busca apreender a lógica da linguagem. Mais que isso, Frege, numa espécie de materialismo empirista, rejeita a psicologia como explicação de tudo. Tanto é assim, que Frege, após explicar a representação, irá abandoná-la, passando a concentrar-se no sentido e na referência. A partir daí, Frege irá buscar as relações entre a linguagem e o mundo, relações essas que, dado seu “materialismo”, devem ser explicadas em si mesmas, sem referência a um sujeito. No entanto, ele constata que há certa defasagem entre linguagem e mundo: não se pode falar sobre algo sem lhe dar uma descrição. Daí que os nomes não são apenas etiquetas, e daí sua distinção entre sentido e referência. Mas, mais importante que isso, há nomes que não se ligam a coisa nenhuma. Frege percebe, dessa maneira, que é da ordem da linguagem a possibilidade de se criarem mundos imaginários, de se discutirem coisas que absolutamente não existem. O que o estonteia é, também, a questão do pressuposto.

É interessante notar que Frege só recorre ao pressuposto quando encontra, no dito, algo que, no entanto, não está no dizer. É precisamente quando, para dar conta do enunciado, Frege tem que recorrer à enunciação que a questão do pressuposto surge. É então que Frege irá atribuir à linguagem ordinária um “defeito”, uma espécie de mal-entendido crônico a permeá-la. Frege irá então sustentar que a Ciência, tal como

ela a vê, deve, a todo preço, tentar se afastar irremediavelmente desse tipo de linguagem. Como diria Henry (1977, p.13):

antes de Frege, os lógicos tinham sobretudo insistido sobre as ambigüidades da linguagem. Frege formula uma nova questão ao mostrar que a gramática, e não apenas o léxico através das questões de referência, é tal que a língua permite criar um mundo de ficções, dar aparência que os objetos existem, quando eles não existem.

O paliativo para isso, na visão fregeana, é a sua conceitografia. O que também é digno de nota é que a psicologia que Frege tanto recusara volta a surgir quando ele mostra que sentenças de uma mesma frase são inseparáveis e, juntas, exprimem mais que isoladamente. Nesse ponto, ele é obrigado a referir-se às tais “*leis psicológicas*” que relacionariam as sentenças.

Parece-nos evidente que, do ponto de vista ideológico (e ideologia aqui não é ilusão, defeito, saber mal-formulado etc., mas sim um dos elementos necessários ao sujeito em sua relação com o mundo (cf. Henry), a saída de Frege é a saída que sua concepção de Ciência e verdade permitem: atribuir à linguagem natural um defeito que embaça a visão científica, que deve ser sanado de alguma maneira, que, embora seja o mesmo defeito que permite a existência da literatura, seja também a fonte de erros e ilusões na Ciência.

Voltemos ao início desse trabalho, quando fizemos uma distinção entre *objeto real* e *objeto-de-conhecimento*. Dissemos que toda ciência, em sua prática, trabalha a contradição entre esses dois objetos. Indo a um ponto mais específico dessa questão, diríamos que “a apropriação objeto real - objeto-de-conhecimento na prática de uma ciência perde, retomando o termo de Althusser, seu objeto (a contradição), substituindo-o por um outro, como a intuição lingüística ou o funcionamento metalingüístico da linguagem” (Henry, op. cit., p.24). Assim, no caso de Frege, a contradição entre os dois termos é retomada deslocando-se para a questão do sujeito e da enunciação. É justamente quando tanto o sujeito e a enunciação retornam que Frege indica o defeito da linguagem ordinária. Dessa maneira, a contradição se perde, sendo substituída pela introdução do defeito da linguagem ordinária.

Que não se veja aqui, no entanto, uma crítica à teoria fregeana. O que é mais enriquecedor é que, ao seguir uma espécie de materialismo empirista, Frege permite que surjam inúmeras questões das quais ele não dá conta. Nesse sentido, o trabalho de Frege é importante porque, de seu interior, surgem as questões que afligem a lingüística até os dias de hoje:

o sujeito, o mundo, a história, a verdade. O que ocorre é que os limites do materialismo de Frege, que Pêcheux (1975), por exemplo, chamou de *materialismo cego*, não lhe autorizam a ver o retorno incessante do real sobre sua teoria. Em outros termos, Frege não percebe a distinção entre *objeto real* e *objeto-de-conhecimento*, mesmo porque lhe faltavam essas categorias.

Russell, por outro lado, dado seu empirismo lógico, é bem menos frutífero nesse sentido. As contradições que afloram no texto de Frege (e que o fazem particularmente especial) desembocam de maneira muito diferente no texto de Russell. Após a leitura de seu texto, o leitor pode sair convencido de que há realmente uma lógica na linguagem, lógica essa que Frege não percebeu por uma imperfeição de sua teoria. A análise do exemplo (5) é a mostra disso. Esse exemplo, que obrigou a Frege a introduzir o pressuposto, não apresenta nenhum problema se usarmos o modelo lógico russelliano. A distinção conhecimento por “*acquaintance*” e conhecimento por expressões denotativas, essencialmente empírica, não é, de nenhum modo, equivalente à distinção sentido - referência. Além disso, o pressuposto não aparece em Russell porque ele atribui aos três elementos do exemplo (5) o mesmo valor.

Acima de tudo, Russell, ao criticar as teses de Frege, passa muito longe dos problemas que este levanta. Vimos como à análise de Frege retorna sempre um Real que é deixado de lado, jogado para as *leis psicológicas*, o *emprego*, o *ouvinte*, a *intenção*. Em Russell, isso ocorre de maneira menos interessante. A grande diferença entre os dois textos é justamente os problemas que cada um levanta. Concorde-se ou não com o texto de Frege, não se pode negar que ele levanta questões problemáticas e importantes, que, embora possam obter outras respostas que não as que ele, Frege, propõe, não deixam de por isso merecer reflexão. Para retomar um afirmação de Henry (1992) a respeito de Ducrot, pode-se discordar-se das conclusões de Frege, mas deve-se-lhe conceder as premissas. Em Russell, se estamos certos, os problemas levantados são de pouca monta. Na maioria das vezes, são apenas “reparos teóricos” que devem ser feitos, mas que se justificam numa primeira apresentação da tese.

A distinção entre o conhecimento por “*acquaintance*” e conhecimento por expressões denotativas, a nosso ver, é um dos momentos em que se pode ver uma substituição da contradição (no sentido da contradição entre objeto real e objeto-de-conhecimento) no texto russelliano. Para o funcionamento de sua teoria, Russell retira dela tudo o que não seja empírico, e irá então dizer que, no caso da *mente humana*, trata-se de um conhecimento por expressões denotativas. Assim, sabemos apenas que alguém possui uma mente com tais e tais propriedades, mas não sabe-

mos que a mente tem tais e tais propriedades, por que não podemos ter conhecimento por “*acquaintance*” da mente humana. Sem querer falar do artificialismo da distinção proposta, o que fica mais evidente é que, no lugar do “defeito” da linguagem comum, aparece o empirismo lógico, que, a partir de uma distinção entre tipos de conhecimento, daria conta de explicar tudo em termos de “implicação”.

Pêcheux: o impensado do pensamento

Embora diferentes entre si, parece-nos que os pontos de vista que tentamos descrever acima representam bem a contradição entre objeto-de-conhecimento e objeto-real. Vimos como, em cada caso, a concepção de língua que se é utilizada tem que lidar com um exterior à linguagem que insiste em se imiscuir e exigir modificações na teoria. Que esse exterior não seja visto como tal, e que as modificações na teoria sejam apresentadas como adaptações a um objeto-real, é algo perfeitamente compreensível. De fato, as concepções acima baseiam-se todas em uma visão em que o exterior surge sempre como acessório. Dessa maneira, a contradição entre objeto-real e objeto-de-conhecimento é substituída principalmente pela questão das “opiniões e crenças dos falantes”, “estratégia do locutor” etc....

O lugar que se atribui ao sujeito nessas teorias demonstra o que se entende por ciência e por sentido. Mais além, o lugar que o sujeito ocupa em cada uma dessas teorias lingüísticas reflete a maneira em que a contradição entre o objeto-real e objeto-de-conhecimento se insere nas mesmas. No caso do formalismo, a dimensão da luta de classes não tem seu lugar, o que faz com que tais teorias tenham que “prover-se dos meios para escamotear essa divisão, sob o risco de se ter de apelar para todas as formas de reformismo sociolingüístico para restabelecer a coerência” (Henry, op. cit., p.126). Na medida em que as dissimetrias sociais não estão presentes em tais teorias, na medida em que são todos os homens portadores de uma capacidade epistêmica idêntica, na medida em que a concepção de comunicação é a que prevalece quanto ao conceito de língua, na medida em que, no final das contas, somos todos “iguais”, opera nessas teorias uma confusão entre o objeto-real e o objeto-de-conhecimento que assegura sua própria coerência, a qual está por sua vez baseada numa visão de ciência bastante específica: a visão de ciência enquanto saber objetivo, imparcial, livre da problemática do confronto de forças numa sociedade.

Pêcheux (1975), irá nos alertar, no entanto, que, embora haja uma autonomia relativa daquilo que chamamos *língua* (o que equivale a pressupor um objeto intrinsecamente lingüístico), não se pode tratar de questões semânticas da mesma maneira com que tratamos questões

fonológicas, morfológicas ou sintáticas. Nesse sentido, ele irá propor a distinção entre *base lingüística* e *processo discursivo*, o que garante que embora todos usem a mesma língua, não a utilizem da mesma maneira. Para ser mais exato, o processo discursivo não é a expressão de um puro pensamento ou de uma atividade cognitiva que, acidentalmente, estaria utilizando os sistemas lingüísticos, mas sim garantiria o fato de que a língua seja indiferente à luta de classes e que, dissimetricamente, as classes não sejam indiferentes à língua. Assim, todo processo discursivo estaria inscrito numa luta ideológica entre classes. O que Pêcheux propõe, evidentemente, é que se apague a distinção entre ciência e retórica. Mais propriamente, traz para o centro do debate as posições de Althusser, reelaboradas a partir de uma perspectiva em que a linguagem é o nódulo central.

A noção de comunicação, portanto, está inteiramente excluída, pois é com ela que as teorias lingüísticas idealistas garantem a coerência de seu próprio discurso. Numa perspectiva materialista, não se pode nunca afirmar que a língua é o instrumento de que os homens se utilizam para se comunicar, pois estaríamos aí retomando a noção de um sujeito universal. Seríamos todos iguais novamente. Diferentemente, Pêcheux irá propor que o sistema lingüístico (universal) não pressupõe um indivíduo que dele se utilize. Ao contrário,

a discursividade não é a fala (*parole*), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (Pêcheux, 1975, p.91).

Desse modo, ao recusar a distinção língua/fala e introduzir a divisão língua/discurso Pêcheux também recusa a concepção que vê na língua o social e na fala o individual.

Mais além, a proposta de Pêcheux também tem o mérito de assegurar que o método a ser utilizado não seja uma “lingüística aplicada”. Para ele, um discurso não pode ser analisado como um texto, pois o funcionamento de um discurso não é integralmente lingüístico. Dessa maneira, a proposta de Pêcheux se situa na confluência daquilo que chamamos Ciências Sociais, ou Ciências Humanas, sem se restringir a nenhum delas em particular.

Quisemos apenas dar um esboço o mais resumido possível da teoria de Pêcheux, pois não é ela nosso objeto aqui. Sem dúvida, há muito mais o que dizer, e provavelmente nosso resumo sofre das incorreções que

todo resumo inevitavelmente acarreta, pela maneira às vezes grosseira e rápida de tratar os temas. O importante é que se tenha uma visão geral da proposta de Pêcheux, para que possamos agora fazer seu ligamento com Frege.

Como dissemos no início do trabalho, pode-se reconhecer em Frege um materialismo incipiente, mais ligado ao empirismo. E daí que sentimos vir o fascínio por seu trabalho. Pêcheux, reconhecendo esse materialismo, irá conceder a Frege a coerência de seu trabalho sobre o sentido e a referência, mas não suas conclusões. Se para Frege a linguagem proporciona a criação de mundos fictícios, da demagogia, enfim, da ilusão, e isso se deve em parte ao fato de que a linguagem introduz pressupostos que não denotam nada, para Pêcheux trata-se de outra problema: “não deveríamos, ao invés disso, considerar que há separação, distância, discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?” (id., p.99). Se aceitamos essa divisão¹, a noção de pressuposto deixa imediatamente de vigorar. É assim que Pêcheux poderá inserir o conceito proposto por Paul Henry: o *pré-construído*. O pré-construído, longe de ser apenas um conceito técnico que viria a substituir o pressuposto, é fruto de uma posição epistemológica materialista em ciência. Ao assumir o primado do ser sobre o pensamento, assume-se, por conseguinte, a divisão do sujeito. O real existe fora do pensamento e independentemente dele, mas o pensamento depende do real. Essa dissimetria

indica, de saída, que não estamos diante de duas ‘regiões’, o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões contém a outra, e em que condições (e em que espaço) se pode fazê-las coincidir. Essa não-simetria designa na verdade ‘o primado do ser sobre o pensamento’, na medida em que o real como necessário (a ‘necessidade real’) determina o real como pensamento (a ‘necessidade pensada’) e isso como se se tratasse da mesma necessidade (id., p.255).

Essa tomada de posição tem repercussão na própria consideração do fazer científico na medida em que

as modalidades histórico-materiais sob as quais ‘o real determina as formas de existência do pensamento’ são, elas mesmas, determinadas pelo conjunto das relações econômicas, políticas e ideológicas, tal como existem em ou em outro momento histórico, isto é, tal como a luta de classes, que as atravessa sob diversas formas, as organiza (id., ib.).

Vê-se, assim, como a crítica de Pêcheux a Frege tem primeiramente o mérito de reconhecer-lhe a amplitude. Em segundo lugar, o trabalho de Pêcheux não procura descobrir as “imperfeições” do pensamento fregeano, isto é, os pontos em que seu pensamento não condiz com o real, mas, ao contrário, procura justamente demonstrar que aquilo que Frege considerou como imperfeição da linguagem nada mais é que uma consequência da dissimetria que liga pensamento e mundo, e que se materializa na linguagem. A partir daí, abre-se o caminho para que Pêcheux possa propor uma teoria do discurso que seja materialista.

Considerações finais

A análise que nos propusemos a fazer nesse pequeno trabalho não é nova nem levanta questões novas tampouco. O que pensamos talvez seja interessante nela é a oposição que fizemos entre Frege e Russell, oposição que ainda não vimos explicitada amplamente em outros textos e que, por outro lado, também não pudemos explicitar além de um certo limite.

Se não se vê a Ciência como histórica, e daí se extraem todas as consequências disso, não importará muito o ângulo de abordagem da questão, porque, como diria Pêcheux (1975, p.72):

as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das idéias, quer ela tome a forma de uma rede universal, e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimento ou atos.

A questão não é, portanto, saber se é verdade: a) que a linguagem tem um defeito (como Frege); ou b) que na verdade deve-se fazer uma distinção entre dois tipos de conhecimentos das coisas (como Russell). Diria Henry (1977, p.16):

Em vez de se perguntar se a língua é uma instituição social, a realização de uma faculdade inata, ou as duas coisas ao mesmo tempo, é simultaneamente a história da lingüística, a confrontação de suas teorias, a prática do lingüista sobre a linguagem na sua especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento.

Isso levanta novos problemas, é claro, mas tem pelo menos a vantagem de não se desconhecem os próprios limites da Ciência.

Notas

1 Que não é nada mais que aceitar a divisão do sujeito, imposta pela consideração do inconsciente. Mas é fácil perceber o quanto é problemático para a ideologia burguesa assumir um sujeito que não seja o senhor pleno de seus atos.

Referências Bibliográficas

- DUCROT, O. (1972) *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- EVANGELISTA, W. J. (1984) “Althusser e a Psicanálise”. In: ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed., 1985.
- FREGE, G. (1892), *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1978.
- GAMUT, L. T. F. (1991) “Frege’s theory of meaning”. In: *Logic, language and meaning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HENRY, P. (1977). *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- PÊCHEUX, M. (1975), *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2ª edição, 1995.
- RUSSELL, B. (1905), *On Denoting*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://cscs.umich.edu/~crshalizi/Russell/denoting/>
- RUSSELL, B. (1905) *Da denotação*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- THIEL, C. (1965) “The Article ‘On sense and reference’”. In: *Sense and reference in Frege’s logic*. New York: The Humanities Press, 1965.

Palavras-chave: pressuposto, sentido, objeto de conhecimento
Key-words: presupposition, meaning, object of knowledge